

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

CONCURSO C-309 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva, de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Direito Comercial.

Dia 24/11/2003 – Segunda etapa

QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

51. Com relação aos direitos trabalhistas é correto afirmar:

- a) Que é válida a renúncia dos direitos trabalhistas efetuada pelo empregado, com assistência de seu sindicato de classe, ainda que esta lhe traga prejuízos, nos moldes do art. 9º do Diploma Consolidado;
- b) Que a indisponibilidade de direitos trabalhistas pelo empregado constitui-se em regra geral no direito individual do trabalho, podendo dispor dos seus direitos laborais de ordem pública, quando a sua manifestação, for de livre e espontânea vontade, a teor do art. 9º da CLT;
- c) Que as relações contratuais do trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo, ainda que contrarie as disposições de proteção ao trabalho, nos moldes do art. 444 do Diploma Consolidado;
- d) Que nos contratos individuais de trabalho somente é lícita a alteração das condições contratuais, por mútuo consentimento e desde que não resulte qualquer tipo de prejuízo ao empregado, nos termos do art. 468 da CLT;
- e) Que a transação é ato bilateral negociado entre empregado e empregador podendo aquele negociar direitos indisponíveis e imperativos de ordem pública.

52. Marque a alternativa incorreta:

- a) O trabalho de natureza eventual se caracteriza pela: descontinuidade da

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

—
prestação do trabalho, isto é, a não permanência em uma empresa, com ânimo definitivo, não vinculação jurídica com um único empregador, havendo pluralidade variável de tomadores de serviço, e não ligada aos fins normais do empreendimento.

b) O trabalhador avulso é uma espécie do gênero trabalhador eventual que oferece sua força de trabalho, por curtos períodos de tempo, a diversos tomadores de seu serviço, sem que haja vínculo específico com qualquer deles.

c) O contrato de estágio se caracteriza validamente entre um estudante que trancou a matrícula na Universidade Federal, onde cursava Engenharia, e um Hospital de Câncer, no qual o estudante realiza serviços de digitação, cumprindo ordens, horário de trabalho, sendo fiscalizado pelo Supervisor de Informática da Unidade Hospitalar, e realizando idênticas funções de um empregado do Hospital.

d) O contrato de estágio tem formalidades especiais e imperativas à sua configuração, não sendo atendidas tais formalidades como requisitos formais e materiais, descaracteriza-se a relação jurídica de estágio.

e) Independentemente do ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, e nem entre estes e os tomadores de serviços daquela, nos termos do art. 442, parágrafo único, do Diploma Consolidado.

53. Assinale a alternativa correta de acordo com as assertivas abaixo:

I. Equiparam-se ao empregador para efeitos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas e outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

II. Estão excluídos da aplicação das normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho: empregado doméstico, trabalhadores rurais, trabalhador menor de idade, funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios.

III. São assegurados, na atual Carta Magna, à categoria dos trabalhadores domésticos: salário mínimo, irredutibilidade do salário, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, licença-gestante, licença paternidade, aviso prévio e aposentadoria.

IV. Sempre que uma ou mais empresas, tendo embora cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

de outra, constituindo grupo econômico, serão para os efeitos da relação de emprego subsidiariamente responsáveis a empresa principal e a cada uma das subordinadas.

- a) Todas as opções acima estão corretas;
- b) Apenas as opções I e III estão corretas;
- c) Apenas as opções II e IV estão corretas;
- d) Apenas a opção III está correta;
- e) Nenhuma das opções acima está correta.

54. Sobre o trabalhador rural:

I. A cessão pelo empregador de moradia e de sua infra-estrutura básica, assim como bens destinados à produção para sua subsistência e de sua família integram o salário do trabalhador rural;

II. É lícito ao empregador rural efetuar descontos no salário do empregado rural até o limite de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração deste pela ocupação da morada;

III. Rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado rural será obrigado legalmente a desocupar a casa onde mora, dentro de 60 (sessenta) dias;

IV. Considera-se trabalho noturno, o executado entre às 21h e às 5h do dia seguinte, na atividade da pecuária, e entre às 20h de um dia e às 4h do dia seguinte na atividade da lavoura;

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Somente as alternativas II e III estão incorretas.
- c) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Somente a alternativa II está correta.

55. Acerca do fenômeno jurídico da Terceirização:

I. O Enunciado 331 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho faz previsão da ocorrência de terceirização lícita, tais como: contratação temporária prevista na Lei 6.019/74, atividades de vigilância regidas pela Lei 7.102/83, atividades de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

conservação de limpeza e serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador de serviços.

II. O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica na responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações.

III. O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica na responsabilidade solidária dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações Públicas, das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, desde que hajam participado da relação processual.

IV. Considera-se trabalho temporário, o prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.

- a) Apenas as opções I e IV estão corretas;
- b) Todas as opções acima estão corretas;
- c) Apenas a opção II está correta;
- d) Apenas a opção III está correta;
- e) Apenas as opções III e IV estão corretas;

56. Marque a alternativa correta:

- a) São características do contrato de trabalho: *intuitu personae* em relação ao empregado, sinalagmático, consensual, de trato sucessivo, a título oneroso e de direito público;
- b) São elementos essenciais do contrato de trabalho: capacidade das partes, licitude do objeto e forma prescrita em lei, ou seja, o contrato de trabalho deve ser escrito, tendo em vista o caráter tutelar das normas trabalhistas ao hipossuficiente;
- c) O contrato de trabalho por prazo determinado é aquele cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada;
- d) O contrato de trabalho por prazo determinado poderá ser estipulado por período superior a 02 (dois) anos e ser prorrogado apenas uma única vez;
- e) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por período superior a 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado mais de uma vez, desde que não tenha sucedido outro dentro do período de 06 (seis meses).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

57. Sobre a duração do trabalho é correto afirmar:

- a) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 35 (trinta e cinco) horas de trabalho;
- b) Considera-se horas *in itinere* o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e o seu retorno, utilizando-se de transporte público, em razão de trabalhar em local de difícil acesso;
- c) Entre duas jornadas de trabalho haverá o intervalo interjornada de duas horas consecutivas para descanso do obreiro;
- d) Não serão descontadas e nem computadas como horas extraordinárias as variações de horário constante no registro de ponto, não excedentes de 05 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários;
- e) Não estão sujeitos ao regime de duração do trabalho previsto na CLT os empregados que exercem atividade externa, compatível com fixação de controle de jornada de trabalho e independentemente de do registro dessa condição na CTPS e registro funcional do empregado.

58. Marque a alternativa correta:

- a) O empregado não terá direito a férias, se no curso do período aquisitivo permanecer no gozo de licença com percepção de salários, por mais de 60 (sessenta) dias;
- b) O prazo prescricional para reclamar as férias conta-se do término do período concessivo ou da cessação do pacto laboral;
- c) O período da concessão das férias será o que melhor consulte os interesses do empregado;
- d) Não está sujeito ao regime da duração de trabalho previsto na CLT, os gerentes que exerçam cargo de gestão e o salário de cargo de confiança compreenda a gratificação de função inferior a 30%;
- e) O empregador é obrigado, independentemente de prejuízo que vier a ser causado ao serviço, a conceder férias aos membros de uma mesma família que trabalhem na mesma empresa/estabelecimento, em idêntico período, a fim de que haja integração familiar.

59. Sobre o trabalho da mulher:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

I. A Convenção 103 da OIT, ratificada pelo Brasil, estabelece que “toda mulher a qual se aplica a presente Convenção tem direito, mediante exibição de um atestado médico que indica a data provável de seu parto, a uma licença maternidade”.

II. À mulher grávida é facultado resilir o contrato de trabalho, mediante a exibição de atestado médico, quando o serviço executado possa lhe acarretar prejuízos ou afetar a saúde do feto. Nesse caso, a ruptura do contrato é por motivo justo, ficando a empregada isenta de pagar o aviso prévio, mas não lhe será devida nenhuma vantagem atinente ao seu estado de gestação.

III. A concessão do salário-maternidade independe do tempo de serviço da empregada e de período de carência, mas seu valor está sujeito a um limite, como ocorre com todas as prestações previdenciárias.

IV. Se a gravidez for interrompida em virtude de aborto não criminoso, evidenciado somente por atestado médico do SUS, será concedido à empregada um repouso de duas semanas, remunerado pelo empregador.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II e III estão incorretas.
- d) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- e) Somente as alternativas I e II estão corretas.

60. Sobre insalubridade e periculosidade, é correto afirmar que:

- a) Em todos os casos, o direito do trabalhador ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, portanto, não há que se falar em incorporação do adicional ao salário do empregado. Os adicionais em foco possuem caráter retributivo e também constituem sobre-salários que se computam para os efeitos de gratificação natalina, das contribuições previdenciárias, dos depósitos de FGTS, etc.
- b) A periculosidade, para o eletricitista, se configura nas empresas de geração e distribuição de energia elétrica, sendo incabível sua caracterização no âmbito de estabelecimentos apenas consumidores dessa energia, mesmo que caracterizado sistema elétrico de potência.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

c) O direito ao adicional de insalubridade é devido quando não é possível eliminar a fonte geradora do agente nocivo, independentemente dos efeitos aos níveis de tolerância ou de concentração prefixados. A causa da insalubridade é a ação nociva do agente físico, químico ou biológico no trabalhador, o que ocorre quando os meios coletivos ou individuais de proteção não puderem prevenir ou reduzir a nocividade aos limites compatíveis com a capacidade biológica do trabalhador.

d) A perícia judicial para apuração da insalubridade dispensa o enquadramento da atividade entre as situações previstas pelas Normas Regulamentadoras 15 e 16 da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho.

e) De acordo com a jurisprudência do TRT da 8ª Região, o empregado que é eletricitista e trabalha sem contato com equipamentos elétricos, sujeitos ao risco de corrente elétrica acidental, faz jus ao adicional de periculosidade, sempre na proporção de 30%. Na hipótese, o tempo de exposição ao risco é irrelevante e a perícia desnecessária, pois sendo a atividade desenvolvida com frequência, e o perigo invisível e afeto a situações imprevisíveis, o acréscimo remuneratório é sempre devido na íntegra.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

61. Com relação à sentença em dissídios individuais e os efeitos do termo de conciliação:

I. Que sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa, enquanto que decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo decide, de forma terminativa, a questão de mérito ou não da causa.

II. Que no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, inclusive quanto às contribuições que forem devidas para a Previdência Social e Imposto de Renda.

III. Que no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

IV. Que mesmo existindo equívoco datilográfico nas sentenças cognitivas, a mesma transitará em julgado, não podendo ser corrigida *ex officio* ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria do Trabalho.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

-
- a) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
 - b) As alternativas II e III estão incorretas.
 - c) Somente as alternativas I e III estão corretas.
 - d) As alternativas I, II e IV estão incorretas.
 - e) Todas as alternativas estão corretas.

62. Com relação ao Sistema Recursal Trabalhista:

- I. Que ao princípio do duplo grau de jurisdição assegurado constitucionalmente todas as decisões proferidas em processo trabalhista são suscetíveis de recurso;
- II. Que os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas no Diploma Consolidado vigente;
- III. Que os recursos serão interpostos sempre de forma fundamentada legalmente e terão efeito meramente suspensivo, salvo as exceções previstas no Diploma Consolidado vigente;
- IV. Que o prazo para interposição dos embargos de declaração é de oito dias contados da ciência da parte ou de seu advogado da respectiva decisão.

- a) Apenas a opção II está correta;
- b) Apenas as opções I e III estão corretas;
- c) Apenas as opções II e IV estão corretas;
- d) Apenas as opções II e III estão corretas;
- e) Todas as opções acima estão corretas;

63. Com relação à Execução Trabalhista pode-se afirmar:

- a) Que as decisões passadas em julgado ou das quais tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos quando não cumpridos, os termos de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação serão executados de acordo com a normas consolidadas;
- b) Que o fundamento da execução provisória é assegurar a satisfação do julgado, portanto, na execução provisória só não serão abrangidos os atos que importem na alienação de bens;
- c) Que é competente para execução das decisões passadas em julgado de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

primeiro grau, o Presidente do Tribunal do Trabalho, que abranger a jurisdição da respectiva Vara de origem onde tramitou o processo trabalhista;

d) Que a execução no processo trabalhista só poderá ser promovida pelas partes interessadas, face ao princípio da inércia da jurisdição;

e) Que sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos, podendo nesta fase modificar-se o próprio mérito da decisão exequenda, para ajustar a liquidação ao comando da decisão;

64. Marque a alternativa correta:

I. Nos embargos à execução poderá o executado alegar como matéria de defesa o cumprimento da decisão ou do acordo, quitação, litispendência, compensação e a coisa julgada.

II. Nos embargos à execução poderá o executado alegar como matéria de defesa o cumprimento da decisão ou do acordo, quitação, litispendência, compensação, a coisa julgada, podendo ainda elidir a revelia, de acordo com as hipóteses legais.

III. Os embargos de terceiro constitui ação incidente interposta no prazo de 05 (cinco) dias antes da arrematação, adjudicação ou remição.

IV. Os embargos de terceiro é uma ação conferida a quem não é parte na lide, para eximir bens de que é proprietário ou legítimo possuidor da apreensão feita através de penhora ou que sofreu turbação ou esbulho em sua posse ou direito, em razão de apreensão judicial.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente as alternativas I, II e III estão incorretas.
- d) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- e) Somente as alternativas II e III estão incorretas.

65. Marque a alternativa incorreta:

a) Nos trâmites e incidentes do processo da execução naquilo em que não contravierem a Consolidação das Leis do Trabalho, serão aplicados os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

ativa da Fazenda Pública Federal.

- b) A adjudicação e a arrematação só se tornam perfeitas e irrevogáveis após a assinatura do respectivo auto.
- c) A adjudicação e a arrematação só se tornam perfeitas e irrevogáveis após o pagamento integral da dívida trabalhista.
- d) Para evitar a alienação judicial de seus bens, poderá o executado antes de arrematados ou adjudicados os bens remir a execução pagando a importância da condenação, acrescida de juros e correção monetária e demais despesas processuais.
- e) A Fazenda Pública não fica sujeita à penhora e penhora de seus bens, mesmo nos casos de débito de pequeno valor, embora também goze do direito de opor embargos à execução.

66. Sobre as ações civis admissíveis no Processo Trabalhista pode-se afirmar:

- a) Que as ações de consignação em pagamento de verbas rescisórias não se prestam para evitar o risco de pagar a multa do art. 477 da CLT, em caso de atraso, quando o empregado com mais de um ano de serviço, se recusa a comparecer perante seu sindicato de classe para receber as verbas rescisórias.
- b) Não pode o empregador se utilizar da ação de consignação em pagamento quando o empregado for declarado ausente ou falecer, deixando saldo de salário e seus herdeiros forem desconhecidos.
- c) Não pode o empregador se utilizar da ação de consignação em pagamento quando embora os herdeiros do empregado sejam conhecidos, mas houver litígio entre eles sobre o direito ao saldo de salários.
- d) A consequência da ausência de contestação à ação de consignação em pagamento é a revelia e confissão quanto à matéria de fato do empregador/consignante.
- e) É possível o empregador ingressar com a ação de consignação em pagamento quando o empregado, sem justo motivo, se recusa a receber o pagamento do salário, ou das verbas rescisórias ou a dar a respectiva rescisão.

67. Marque a alternativa incorreta:

- a) Cabe Recurso de Revista para Turma do Colendo TST das decisões proferidas

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

em grau de recurso ordinário, em dissídio individual pelos Tribunais de Trabalho quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

b) Cabe Recurso de Revista, em qualquer hipótese, contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, ou por suas turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro.

c) Nas causas de procedimento sumaríssimo, somente será cabível Recurso de Revista, quando houver contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.

d) Em Recurso de Revista, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

e) É cabível Recurso de Revista para Turma do C. TST, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário em dissídio individual pelos TRT's, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.

68. Sobre Ação Civil Pública:

I. No âmbito da Justiça do Trabalho, apenas o Ministério público do Trabalho, tem legitimidade para propor a Ação Civil Pública, para defender interesse individuais, coletivos e difusos.

II. Os Sindicatos possuem legitimidade concorrente para propor a Ação Civil Pública, baseado em dissídio individual de natureza econômica ampla, a fim de defender os direitos e garantias individuais e fundamentais.

III. A legitimação do Sindicato, assentada na atual Carta Magna e na Lei não é de concorrência, mas de coexistência participativa com a do Ministério Público do Trabalho. Diversamente da Ação Coletiva, a Ação Civil Pública, permite ao Sindicato uma atuação funcional de integração com a do Ministério Público do Trabalho.

IV. A ação Civil Pública, pode ser proposta para tutelar direitos difusos, coletivos, individuais heterogêneos.

a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

-
- a) Apenas as opções I e III estão corretas.
 - b) Apenas a opção II está correta.
 - c) Apenas a opção III está correta.
 - d) Apenas a opção IV está correta.
 - e) Todas as opções estão corretas.

69. Sobre tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no processo do trabalho, é correto afirmar que:

- a) Não cabe ação cautelar relativa a outra ação cautelar, uma vez que é da natureza das ações de segurança voltarem-se para garantir o resultado útil de uma ação principal. Mas nada impede que relativamente a uma ação principal se ajuízem até duas medidas cautelares.
- b) Quando a ação cautelar preparatória é ajuizada perante órgão incompetente para julgar a ação principal, ocorre a prevenção de competência.
- c) Normalmente nos termos da cautelar preparatória conclui-se qual a natureza da ação principal e assim se fixar a competência para o procedimento da ação assecurativa. Isto, porém, não impede que, eventualmente, em razão de circunstâncias imprevisíveis no momento do ajuizamento da cautelar, venha a providência de segurança deferida a ser utilizada em processo principal diverso daquele de que se cogitara. Não há incompetência retroativa a ser proclamada.
- d) A citação que interrompe a prescrição é a específica para determinada ação, mas como a ação cautelar está vinculada a uma ação principal, a citação no processo cautelar impede o curso do prazo prescricional concernente à reclamatória principal.
- e) No processo do trabalho, se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, mesmo ausentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado, por se tratar de verbas alimentares.

70. Sobre procedimento sumaríssimo no processo do trabalho (Lei 9957/2000):

- a) No processo sumaríssimo o recurso de revista só será admitido com base em violação direta da Constituição Federal.
- b) Nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo, a reclamação pode ser

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

liminarmente arquivada se o pedido não for certo e determinado ou se o autor não tiver indicado corretamente o nome e o endereço do reclamado.

c) Sujeitam-se ao rito sumaríssimo os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, vigente na data do rompimento do pacto laboral, ficando excluídas dessa regra as demandas em que é parte a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

d) As omissões do procedimento sumaríssimo deverão ser supridas mediante a aplicação de normas do Código de Processo Civil.

e) Em caso de a inicial conter pedido incerto, indeterminado ou sem valor correspondente, o juiz deve conceder ao reclamante o prazo de dez dias para emendar a petição, sob pena de indeferimento da inicial.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

71. Com relação ao fenômeno jurídico da greve pode-se afirmar :

a) Que o “*lock-out*” é a paralisação provisória das atividades da empresa, em decorrência da determinação empresarial, podendo também ser a paralisação dos trabalhadores/empregados com o objetivo de exercer pressões para frustrar negociação coletiva.

b) Que os servidores militares igualmente aos servidores públicos civis são contemplados com o direito de greve de forma ilimitada pela Carta Magna vigente, tendo em vista o caráter eminentemente democrático do Estado de Direito em nosso País.

c) Que segundo a Lei 7783/89, cumprindo a determinação da Constituição Federal vigente, definiu os serviços ou atividades essenciais tais como: tratamento e abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis, comércio de medicamentos, aeroportos, assistência médica e hospitalar.

d) Que greve é a paralisação coletiva provisória, parcial ou total, das atividades dos trabalhadores em face de seus empregadores ou tomadores de serviços, com o objetivo de exercer-lhes pressão, visando a defesa ou conquista de interesses coletivos, ou com objetivos sociais mais amplos;

e) Que o “*lock-out*” , segundo a lei de greve, pode ser livremente exercido.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

72. Com relação ao fenômeno jurídico das condutas anti-sindicais é incorreto afirmar:

- a) Que constitui-se prática anti-sindical as empresas que divulgam entre si os nomes dos trabalhadores com relevante atuação sindical, com o fito de excluí-los do mercado de trabalho;
- b) Que constitui-se prática anti-sindical as empresas que estimulam e controlam, ainda que indiretamente a organização e ações do respectivo sindicato obreiro;
- c) Que constitui-se prática anti-sindical o desestímulo à sindicalização e o desgaste à atuação do sindicato;
- d) Que as práticas anti-sindicais são inválidas, por agredirem o princípio da liberdade sindical (art. 8º, VIII, da CF/88);
- e) Que o empregado eleito para o cargo de administração sindical pode ser transferido para lugar diverso de sua base sindical e ainda que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho de suas atribuições sindicais, em face do amplo poder diretivo assegurado ao empregador.

DIREITO CIVIL

73. Quanto à inexecução das obrigações e o enriquecimento sem causa:

I. O montante da cláusula penal deve ser reduzido equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

II. Para exigir a pena convencional é necessário que o credor alegue prejuízo.

III. A restituição do que foi indevidamente auferido é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir, como no caso da dívida prescrita.

IV. Provado que os juros da mora, nas obrigações de pagamento em dinheiro, não cobrem o prejuízo, e não havendo pena convencional, pode o juiz conceder ao credor indenização suplementar.

- a) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as alternativas II, III estão incorretas.
- c) Somente as alternativas II, III e IV estão incorretas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

—

d) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.

e) As alternativas I, II e III estão corretas.

74. No direito obrigacional:

I. Perde a qualidade de indivisível e de solidária a obrigação que se converter em perdas e danos.

II. Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

III. Na obrigação de fazer fungível pode o credor, em caso de urgência, independentemente de autorização judicial, executar ou mandar executar o fato, sendo depois ressarcido.

IV. Na solidariedade passiva, impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.

a) As alternativas I e IV estão incorretas.

b) As alternativas II e III estão incorretas.

c) As alternativas I, III e IV estão corretas.

d) As alternativas II, III e IV estão corretas.

e) As alternativas I e III estão incorretas.

75. Quanto ao direito de empresa:

I. Na sociedade limitada todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

II. Até 2 (dois) anos depois de averbada a modificação do contrato social, em face de cessão total ou parcial de quota, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

III. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

IV. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

fazer concorrência ao adquirente, nos 5 (cinco) anos subsequentes à transferência.

- a) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- b) As alternativas II e IV estão incorretas.
- c) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) As alternativas I, III e IV estão incorretas.
- e) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

76. Sobre a responsabilidade civil:

I. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

II. Os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, ressalvados outros casos previstos em lei especial.

III. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la são pessoais e não se transmitem com a herança.

IV. São solidariamente responsáveis o empregador ou comitente com os empregados, serviçais ou prepostos que, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, causarem dano a outrem, além dos demais casos previstos em lei.

- a) As alternativas I,II,III e IV estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
- d) As alternativas III e IV estão incorretas.
- e) As alternativas II e IV estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

77. Com relação aos sujeitos da relação processual:

I. Toda pessoa que se acha no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em Juízo, isto é, pode atuar perante o Poder Judiciário, independentemente

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

do caso concreto.

II. Ao incapaz civilmente o Juiz dará curador especial, ainda que ele tenha representante legal.

III. O espólio, a massa falida, a herança jacente ou vacante e as sociedades sem personalidade jurídica e o condomínio em edificações têm capacidade de serem parte, de acordo com o Código de Processo Civil vigente.

IV. O espólio será representado em Juízo pelo síndico e a massa falida pelo respectivo inventariante.

a) Apenas as opções I e III estão corretas.

b) Apenas as opções II e III estão corretas.

c) Apenas a opção II está correta.

d) Apenas a opção I está correta.

e) Todas as opções acima estão corretas.

78. Com relação aos poderes, deveres e da responsabilidade do Juiz pode-se afirmar:

a) Que o Juiz no exercício de suas funções jurisdicionais em hipótese alguma responderá por perdas e danos, tendo em vista que o Juiz representa soberanamente o Estado.

b) Que o Juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

c) Que o Juiz fica obrigado a apreciar a prova, de acordo com as teses apresentadas pelas partes, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegado pelas partes, sem a necessidade de indicar na sentença os motivos que formaram seu convencimento.

d) Que não pode o Juiz determinar de ofício as provas necessárias à instrução do processual, pois sempre há a necessidade de requerimento das partes.

e) Que o Juiz em caso de lacuna ou obscuridade da lei não poderá sentenciar valendo-se da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito.

79. Com relação aos atos e prazos processuais:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

I. Os atos processuais deverão realizar-se nos prazos prescritos em lei, e quando esta for omissa, o Juiz determinará os prazos levando em consideração a complexidade da causa.

II. O prazo estabelecido pela lei ou pelo Juiz, é contínuo, interrompendo-se nos feriados civis e religiosos.

III. É defeso às partes prorrogar os prazos peremptórios, ainda que estejam de acordo, no entanto, o Juiz poderá, nas Comarcas onde for difícil o transporte prorrogar qualquer prazo, mas nunca por mais de 90 (noventa) dias.

IV. Os atos processuais realizam-se de ordinário na sede do Juízo, mas podem efetuar-se em outro lugar, em razão de deferência, de interesse da Justiça ou de obstáculo argüido pelo interessado e acolhido pelo Juiz.

a) Apenas as opções I e III estão corretas.

b) Apenas as opções II e IV estão corretas.

c) Apenas a opção III está correta.

d) Apenas as opções I e IV estão corretas.

e) Todas as opções estão corretas.

80. Com relação à petição inicial:

I. Verificando o Juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos pelo Código de Processo Civil, ou ainda apresente defeitos e irregularidades suficientes para dificultar o julgamento do mérito será determinado que o autor a emende ou a complete no prazo de 15 dias.

II. Verificando o Juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos pelo Código de Processo Civil, ou ainda apresente defeitos e irregularidades suficientes para dificultar o julgamento do mérito será determinado que o autor a emende ou a complete no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo com julgamento de mérito.

III. Verificando o Juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos pelo Código Civil, ou ainda apresente defeitos e irregularidades suficientes para dificultar o julgamento do mérito será determinado que o autor a emende ou a complete no prazo de 10 dias, sob pena sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo sem julgamento de mérito.

IV. O pedido deve ser certo ou determinado, não podendo ser formulado pedido

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

genérico, em hipótese alguma.

- a) Apenas a opção II está correta.
- b) Apenas a opção IV está correta.
- c) Apenas a opção III está correta.
- d) Apenas as opções III e IV estão corretas.
- e) Todas as opções estão incorretas.

81. Com relação à resposta do réu:

I. Que o réu ao produzir sua defesa, antes de discutir o mérito, deve alegar a incompetência absoluta, a preempção, a litispendência, a coisa julgada, conexão, a inexistência ou nulidade da citação, inépcia da inicial, carência de ação, incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização, convenção de arbitragem e falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar.

II. Há a litispendência, quando se repete a ação que está em curso, enquanto que existe a coisa julgada quando se repete a ação que já foi decidida por sentença da qual não cabe mais recurso.

III. O réu não pode reconvir ao autor no mesmo processo toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal, mas poderá o réu em seu próprio nome reconvir ao autor quando este demandar em nome de outrem.

IV. Ocorrendo revelia o autor pode alterar o pedido ou a causa de pedir, sem que promova nova citação do réu.

- a) Apenas a opção I está correta.
- b) Apenas a opção II está correta.
- c) Apenas as opções I e III estão corretas.
- d) Apenas as opções II e IV estão corretas.
- e) Apenas as opções I e II estão corretas.

82. Com relação à prova no processo civil:

I. Em relação ao ônus da prova incumbe ao autor provar quanto ao fato constitutivo de seu direito e em relação ao réu incumbe provar quanto à existência de fato

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

II. Em relação ao ônus da prova incumbe ao autor provar quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte adversa e em relação ao réu provar quanto ao fato constitutivo de seu direito.

III. Não dependem de prova os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, admitidos no processo, como incontroversos e em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

IV. Não dependem de prova os fatos notórios, afirmados por uma parte e contrariados pela parte adversa, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

- a) Apenas as opções I e III estão corretas.
- b) Apenas as opções I e IV estão corretas.
- c) Apenas as opções II e III estão corretas.
- d) Apenas as opções III e IV estão corretas.
- e) Apenas a opção I está correta.

83. Sobre processo de execução no processo civil pode-se afirmar que:

a) A execução fiscal será proposta no foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência ou do lugar onde for encontrado. Na execução fiscal, a Fazenda Pública poderá escolher o foro de qualquer um dos devedores, quando houver mais de um, ou o foro de qualquer dos domicílios do réu; a ação poderá ainda ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, embora nele não mais resida o réu, ou, ainda, no foro da situação dos bens, quando a dívida deles se originar.

b) Dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro. O título, para ter eficácia executiva, há de satisfazer aos requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação.

c) A execução é definitiva, quando fundada em sentença transitada em julgado, ou em título extrajudicial; é provisória, quando a sentença for impugnada, no todo ou em parte, mediante recurso, recebido só no efeito suspensivo.

d) A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

—
limite de 30 (trinta) vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade.

e) Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao credor, este será citado para exercer a opção e realizar a prestação dentro de 10 (dez) dias, se outro prazo não lhe foi determinado em lei, no contrato, ou na sentença.

84. Sobre processo cautelar no direito processual civil é correto afirmar que:

a) Em qualquer procedimento cautelar, o requerido será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir, contando-se o prazo, da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.

b) Cessa a eficácia da medida cautelar se a parte não intentar a ação no prazo de 30 dias, se não for executada dentro de 30 (trinta) dias e se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito. Se por qualquer motivo cessar a medida, a parte pode repetir o pedido utilizando o mesmo fundamento.

c) O arresto tem lugar quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado ou quando o devedor, que tem domicílio se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente ou caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens que possui; contrai ou tenta contrair dívidas extraordinárias; põe ou tenta pôr os seus bens em nome de terceiros; ou comete outro qualquer artifício fraudulento, a fim de frustrar a execução ou lesar credores ou quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, hipotecá-los ou dá-los em anticrese, ficando com algum ou alguns, livres ou desembargados.

d) A exibição judicial, como procedimento preparatório, tem lugar: de coisa móvel em poder de outrem e que o requerente repute sua ou tenha interesse em conhecer; de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamentário, depositário ou administrador de bens alheios; da escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo, nos casos expressos em lei.

e) A sentença que concede a medida cautelar, quando não mais sujeita a recursos, faz coisa julgada material e formal, tornando imutável e indiscutível o ato judicial.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

85. O “Benefício de caráter indenizatório concedido ao segurado por força das seqüelas decorrentes de acidente, que lhe acarretem redução da capacidade laborativa”, trata-se de:

- a) Auxílio-doença.
- b) Auxílio-doença acidentário.
- c) Auxílio-acidente.
- d) Aposentadoria por invalidez.
- e) Aposentadoria especial.

86. Constitui-se em princípios e diretrizes da Seguridade Social:

- I. Universalidade da cobertura e do atendimento, bem como a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- II. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios, excetuando os serviços.
- III. Irredutibilidade do valor dos benefícios, desde que seja de valor equivalente ao salário mínimo.
- IV. Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, admitindo apenas a participação especial de aposentados.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- d) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- e) As alternativas II, III e IV estão incorretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

87. A medida provisória:

- I. Só pode ser editada pelo Presidente da República e, ainda assim, se houver

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

relevância e urgência da matéria nela versada.

II. Deve ser convertida em lei ordinária, no prazo máximo de 90 dias e mínimo de 30.

III. Uma vez convertida em lei, não pode ser vetada pelo Presidente da República.

IV. Se não for convertida em lei, têm eficácia limitada a 90 dias.

- a) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- c) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- d) Somente a alternativa I está correta.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

88. Quanto ao controle das contas e do orçamento, é correto afirmar:

- a) O Tribunal de Contas da União, como órgão do Poder Judiciário, auxilia o Poder Legislativo a fiscalizar o Poder Executivo, em tudo quanto se relacione com a despesa pública.
- b) O controle interno exercido pelo Congresso Nacional, é o mecanismo de fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta da União.
- c) Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a iniciativa de inquéritos, inspeções e auditorias de natureza orçamentária e financeira, das unidades administrativas da União.
- d) Têm eficácia de título executivo, as decisões do Tribunal de Contas da União que imponha multas e impute débitos aos que mal apliquem recursos públicos federais.
- e) A comissão mista permanente de senadores e deputados federais encarregada de examinar e emitir parecer sobre quaisquer projetos de leis relativos ao Plano Plurianual de Investimentos, substitui as demais comissões técnicas das duas casas legislativas, sobre aquelas matérias.

89. A ação direta de inconstitucionalidade de lei em tese:

- I. Pode ser proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- II. Deve ser julgada exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal na sua

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

composição plena.

III. Corresponde ao controle concentrado de constitucionalidade das normas.

IV. Obriga a audiência prévia do Procurador Geral da República, mesmo naquelas em que tenha sido autor.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e III estão incorretas.
- c) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.
- e) A alternativa I está correta e a alternativa IV está incorreta.

90. Ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) compete:

I. Julgar os conflitos de atribuições entre as autoridades administrativas e judiciárias da União.

II. Julgar, em sede de recurso ordinário, os mandados de segurança deferidos em única instância pelos tribunais de justiça dos Estados.

III. Julgar os *habeas corpus* quando o coator ou paciente for juiz de Tribunal Regional do Trabalho.

IV. Julgar os conflitos de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e quaisquer Tribunais de Justiça dos Estados.

- a) Somente as alternativas I e IV estão incorretas.
- b) Somente as alternativas III e IV estão incorretas.
- c) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

91. Sobre as contribuições sociais para o custeio da seguridade social, pode-se afirmar que:

- a) Só podem ser exigidas depois de 90 dias da data da publicação da lei que as tenham instituído ou modificado.
- b) Só podem ser instituídas por Lei Complementar.
- c) Têm como fonte alternativa, as verbas orçamentárias dos Estados destinadas à

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

saúde, desde que previsto na respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

d) Só podem ser exigidas no ano seguinte àquele em que tenha sido publicado a lei que a instituiu ou aumentou.

e) Não podem ser objeto de isenção.

DIREITO ADMINISTRATIVO

92. Quanto aos bens públicos:

I. São impenhoráveis porque indisponíveis, mas podem ser objeto de garantia real em favor de órgão da administração pública indireta.

II. Podem ser executados, em caso de descumprimento, pelo ente público, de obrigação para a qual tenha sido dado em garantia.

III. Podem ser usucapidos, apenas nos casos *pro-labore*, após cinco anos.

IV. O direito ao usucapião *pro-labore* se transfere com a herança.

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Todas as alternativas estão incorretas.

c) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas.

d) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

e) Apenas a alternativa I está corretas.

93. As agências reguladoras são autarquias sob regime especial e, sob tal condição:

I. Exercem disciplina e controle de serviços públicos propriamente ditos.

II. Desenvolvem atividades de fomento e fiscalização de atividades privadas.

III. Promovem a regulação, a contratação e a fiscalização de certas atividades próprias de Estado, mas também facultadas aos particulares.

IV. Podem exercer a regulação do uso dos bens públicos.

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Todas as alternativas estão incorretas.

c) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas.

d) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

—
e) Apenas a alternativa IV está incorreta.

94. Quanto ao serviço público, é correto afirmar-se que:

- a) Deve satisfazer apenas as necessidades coletivas públicas.
- b) Deve satisfazer as necessidades individuais e coletivas.
- c) Deve satisfazer as necessidades individuais e coletivas, mas tendo em vista sempre o interesse público.
- d) O Estado assume o dever de prestá-lo, por si próprio, de modo a cumprir sua missão constitucional.
- e) O Estado pode recusar-se de promover-lhe a prestação, como ato discricionário de seus agentes.

95. Quanto aos serviços públicos, no Brasil, é correto afirmar:

- a) Os de prestação obrigatória pelo Estado, não podem ser concedidos ou permitidos a terceiros.
- b) Os de prestação não obrigatória pelo Estado devem ser, exclusivamente, concedidos ou permitidos a terceiros.
- c) Os de prestação obrigatória pelo Estado e por terceiros, só se faz em relação a estes, mediante autorização ou permissão.
- d) Os de prestação não obrigatória pelo Estado podem ser transferidos a terceiros, mediante concessão, permissão ou autorização.
- e) Os de prestação não exclusiva pelo estado só podem ser prestados pelos concessionários ou permissionários, permitida a autorização em casos excepcionais.

96. O inquérito civil público para apurar dano ao meio ambiente:

- I. É de iniciativa exclusiva do Ministério Público.
- II. As associações civis podem dele participar, promovendo as denúncias que tiver.
- III. Seu arquivamento sujeita-se à decisão do Juiz.
- IV. Da decisão de arquivamento cabe recurso para o Tribunal .

a) Todas as alternativas estão incorretas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

-
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
 - c) Todas as alternativas estão corretas.
 - d) Somente a alternativa II está correta e a alternativa III está incorreta.
 - e) Apenas a alternativa IV está incorreta.

DIREITO PENAL

97. A proteção jurídica concedida à organização do trabalho é inspirada não somente na defesa e no ajustamento dos direitos e interesses individuais em jogo, mas também, e principalmente, no sentido superior do bem comum de todos. Assim, constituem-se em crimes contra a organização do trabalho:

- I. O cerceamento do trabalho pela força ou intimidação, assim como a frustração, mediante violência ou fraude, de direitos assegurados por lei trabalhista ou de nacionalização do trabalho.
- II. a coação, exceto a que foi praticada para o fim de *lock-out*, bem como a greve seguida de violência contra a pessoa ou contra a coisa.
- III. A boicotagem não violenta, como também a invasão arbitrária e posse de estabelecimento de trabalho.
- IV. O atentado violento contra a liberdade de associação profissional.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- d) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- e) Somente as alternativas II e IV estão incorretas.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

98. Quanto ao estrangeiro no Brasil:

- I. Pode adotar livremente uma criança abandonada.
- II. Pode votar e ser votado, salvo para governador de Estado e Presidente da República, desde que aqui desenvolva regularmente suas atividades, devidamente regularizado com o visto de permanência definitiva no Brasil.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

III. Poderá ser extraditado se exercer atividade ilícita ou cometer crime contra o meio ambiente.

IV. Poderá ser expulso se estiver exercendo atividade remunerada, sem autorização correspondente.

- a) Todas as alternativas estão erradas.
- b) Todas as alternativas estão certas.
- c) Apenas as alternativas II e III estão certas.
- d) Apenas a alternativa III está certa.
- e) Apenas a alternativa IV está certa.

DIREITO COMERCIAL

99. Nas sociedades limitadas:

- a) Se admite a administração por pessoa que, não sendo sócia nem estando indicada no contrato, seja designada por ato em separado, desde que registrado no Registro Público das Empresas Mercantis.
- b) Na falta de integralização de quota de capital por sócio remisso, os demais sócios poderão promover a sua cobrança, mas não poderão excluí-lo da sociedade.
- c) A renúncia de administrador não tem efeito, perante a sociedade, se não for aceita pelos sócios, salvo se acompanhada de prestação de contas.
- d) É obrigatório o conselho fiscal.
- e) A assembléia geral de sócios é obrigatória para tomar as contas da diretoria, anualmente.

100. As deliberações dos sócios, nas sociedades limitadas:

- a) Serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus sócios, salvo se previsto de outra forma no contrato social.
- b) Deverão ser, sempre, circunstanciadas em ata e levadas ao registro no Registro Público das Empresas Mercantis.
- c) Devem ser precedidas, sempre, de ato convocatório no qual constem as matérias a serem discutidas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

-

-
- d) Serão sempre precedidas de parecer do Conselho Fiscal, quando se tratar de aprovação das demonstrações financeiras do exercício social.
- e) Não podem contar com votos de sócio, por si ou como mandatário, relativamente a matéria que lhe diga respeito diretamente.